

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.637 - SP (2019/0299020-3)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : EDU EDER DE CARVALHO**  
**ADVOGADO : EDÚ EDER DE CARVALHO - SP145050**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : PAULO JORGE DA SILVA GOMES**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO JORGE DA SILVA GOMES, apontando como autoridade coatora Desembargador Relator do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, que indeferiu pedido liminar em *writ* ali impetrado (fl. 5).

Neste *writ*, objetiva o impetrante, liminarmente, a suspensão da execução até o julgamento deste *writ*. No mérito, o reconhecimento da prescrição ou que o paciente aguarde em liberdade o surgimento de vaga no regime semiaberto.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

Na hipótese dos autos, a decisão impugnada consignou, *in verbis* (fl. 55):

Essa liminar, entretanto, não pode ser outorgada.

É que ela é viável, apenas, quando o constrangimento ilegal seja manifesto, palpável e detectável de plano, imediatamente, mesmo, através do mero e sucinto exame sumário da inicial e dos demais elementos de convicção que a instruem, o que, definitivamente, não ocorre no presente caso.

De efeito, sabe-se que a liminar se presta a proteger um direito que esteja para ser colocado ou esteja em risco de ser irremediavelmente lesado, coisa aqui não verificável, reprise-se.

O procedimento e a prisão aqui avaliados, ao reverso, encontram eco pleno de razoabilidade e necessidade, donde estarem absolutamente dentro dos padrões mínimos de juridicidade.

Processe-se, requisitando-se informações.

# Superior Tribunal de Justiça

Com essas nos autos, à d. Procuradoria de Justiça.

No caso, não vejo manifesta ilegalidade apta a autorizar a mitigação da Súmula 691/STF, uma vez ausente flagrante ilegalidade, cabendo ao Tribunal de origem a análise da matéria meritória.

Com efeito, a pretensão de suspensão dos efeitos de decisão judicial é questão passível de indeferimento do pedido liminar, em *habeas corpus*, por demandar, inclusive, análise do próprio mérito da impetração.

Desse modo, não se verifica motivo para a mitigação do enunciado da Súmula 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator